

O Financiamento da Educação Estatal no Brasil: novos ou velhos desafios?

Nicholas Davies

Resumo

Este trabalho pretende oferecer um panorama sintético de alguns desafios do financiamento da educação no Brasil, particularmente da educação oferecida pelos governos. Serão abordados os seguintes aspectos: (1) a vinculação constitucional de recursos mínimos para a educação estatal, (2) o impacto da política fiscal/econômica do governo federal sobre as receitas vinculadas à MDE, (3) o não cumprimento dessa exigência constitucional pelas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e sua impunidade, (4) o papel desempenhado pelos órgãos fiscalizadores dessa aplicação e, em particular, as variadas interpretações adotadas pelos Tribunais de Contas sobre o cálculo das receitas e despesas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), (5) a desigualdade de recursos disponíveis para a educação nas três esferas de governo, (6) o significado e implicações do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e do FUNDEB para a educação dos governos estaduais e municipais e, em particular, para a atenuação das desigualdades de recursos entre os governos, (7) o desvio dos recursos pela corrupção e burocratização, (8) o favorecimento constitucional/governamental às instituições particulares de ensino através de mecanismos como isenção fiscal, subvenções, salário-educação (9) as propostas de financiamento da educação nos Planos Nacionais de Educação do MEC e do Coned (Congresso Nacional de Educação), apresentados como projetos de lei em 1998 e com validade para um período de 10 anos.

Palavras-chave: financiamento da educação, legislação educacional

The Finance of Education in Brazil: old or new challenges?

Abstract

This paper aims at providing a synthetic overview of some of the old and new challenges of educational financing in Brazil, particularly that offered by governments. The following aspects will be dealt with: (1) the constitutional obligation of a minimum investment of tax revenue in State education, (2) the impact of the federal government fiscal/economic policy on revenue linked to the maintenance and development of education (MDE), a concept with a specific legal meaning, (3) the non-compliance of different levels of government (federal, State and municipal governments) with respect to this constitutional requirement and its non-punishment, (4) the role of inspecting bodies in this enforcement and, in particular, the varied interpretations of the law by the Audit Offices (bodies in charge of checking governments' accounts), (5) the inequality of funds for education between the different levels of government (federal, state and municipal), (6) the meaning and implications of FUNDEF (The Fund for Maintenance and Development of Basic Schooling and Valorisation of Teaching

Personnel) and FUNDEB for education in State and municipal governments and particularly for reducing the inequalities of funds between governments, (7) the wastage of funds due to corruption and bureaucratisation, (8) the constitutional/governmental favouring of private educational institutions through mechanisms such as tax exemption, subsidies, “salário-educação”, students’ loans, (9) the proposals for educational finance in the National Education Plans by the Ministry of Education and the organisations and unions in the National Congress of Education submitted as bills in 1998 and valid for 10 years.

Key-words: education finance, educational legislation